



www.idn.gov.pt • idn@idn.mdln.gov.pt

Nº 25

Maio/Junho
2008

Instituto da Defesa Nacional

O Kremlin e a Futura Administração Americana

Vasco Rato
Investigador no IDN

Interrogado sobre as eleições presidenciais americanas de Novembro próximo, Dmitri Medvedev, pouco depois de suceder a Vladimir Putin, referiu que espera trabalhar com um presidente americano de olhos “virados para o passado”. Mais do que uma inequívoca manifestação de apreço por Barack Obama, Medvedev limitou-se a dar voz à antipatia sentida no Kremlin relativamente à candidatura de John McCain, visto como alguém que está determinado a regressar à guerra fria.

Obama, deveras crítico quanto a regimes como o de Myanmar e do Zimbabué, tem-se mostrado relutante a condenar o autoritarismo russo construído durante os dois mandatos de Putin. Sobre a futura relação que pretende desenvolver com o Kremlin, o candidato Democrata sugere a continuação da política de cooperação traçada por Bill Clinton e George W. Bush. Acreditando na bondade e na eficácia do controle da proliferação de armas de destruição massiva, Obama diz querer gerir os problemas nucleares por via de tratados e do reforço do multilateralismo. Para atingir

estes objectivos de “alta segurança”, impossíveis de realizar na ausência da cooperação de Moscovo, parece estar disposto a ignorar o retrocesso democrático verificado ao longo dos últimos anos.

O silêncio de Obama quanto à destruição da democracia russa coloca a seguinte interrogação: que outras cedências fará Obama para garantir o apoio do Kremlin? Concederá um veto ao Kremlin quando se voltar a equacionar a expansão da NATO? Irá pôr fim ao escudo anti-míssil? Irá ceder perante outras exigências diplomáticas colocadas por Moscovo? As



Dmitry Medvedev e Vladimir Putin

cedências podem preservar um bom relacionamento com a Rússia, mas darão origem a enormes tensões no interior da EU, da NATO, e, não menos importante, dentro do Congresso americano. E, talvez mais importante, dar-se-ia uma deterioração da capacidade de liderança internacional dos EUA.

Uma futura Administração Obama terá dificuldades com a Rússia em volta de várias questões. Por exemplo, a nuclearização do Irão, e o apoio dado por Putin ao programa nuclear dos mullahs. As consequências resultantes da independência do Kosovo ainda não são inteiramente claras, mas podem conduzir a um confronto entre russos e americanos. A interferência do Kremlin no “estrangeiro próximo”, nomeadamente na Geórgia, será outro desafio importante. Tbilisi acusa a Rússia de minar a sua soberania na Abkházia e na Ossétia do Sul, e espera que Washington resolva a questão a breve prazo. Para proporcionar garantias de segurança à Geórgia e à Ucrânia, George Bush tem insistido na necessidade de alargar a NATO a estes dois países. Com Obama na Casa Branca, os Estados Unidos continuarão a apoiar politicamente a Geórgia e a Ucrânia? Se, nesta matéria, houver um recuo, os ex-países comunistas da Europa Central e dos Balcãs não deixarão de tirar ilações quanto aos compromissos assumidos por Washington para com os seus aliados. Obama referiu que a Rússia não é “nem um inimigo nem um aliado próximo”. Na ausência de uma determinação clara em relação à natureza estratégica da Rússia, poderá uma Administração Obama definir uma política externa coerente? Em contradistinção, a coerência não falta no campo republicano. John McCain olha para a Rússia como um adversário estratégico, e, em congruência, está disposto a confrontar as ambições externas do Kremlin.

Referindo-se ao regime construído por Putin, McCain compara-o aos regimes autocráticos do Século XIX. Dado que acredita que a natureza do regime largamente

determina a política externa do Estado, o candidato Republicano vê a nova Rússia de Putin como uma potência expansionista e agressiva. Há, pois, uma consequência política a tirar: a redução da beligerância russa passa pela democratização do país. Por outras palavras, cabe aos EUA contribuir para este regresso à democracia na Rússia e, por conseguinte, a uma política externa russa mais benigna. Com este intuito, McCain pretende criar uma Liga das Democracias que excluirá a Rússia. Ao mesmo tempo, a Liga irá estimular transições democráticas em países como a Geórgia e a Moldova, onde Moscovo reclama influência. A democratização também leva McCain (e Obama) a defender o alargamento da NATO à Ucrânia e à Geórgia, e (no caso de McCain) a propor a exclusão da Rússia do G8, argumentando que se trata de um fórum de países democráticos, onde a Rússia deixou de ter lugar. As propostas republicanas são, no seu conjunto, uma receita para isolar a Rússia e, assim, despertar a democratização interna.

Previsivelmente, esta estratégia enfrentará oposição na Europa. Por isso, McCain considera que a relação transatlântica necessita de ser “renovada e revitalizada”. Desde logo, a União terá de definir uma política energética comum capaz de contrariar a capacidade da Rússia para influenciar os acontecimentos políticos no continente. Eis, pois, o primeiro passo no sentido de redefinir as relações transatlânticas. Com efeito, McCain concluiu que a dependência europeia em relação à energia russa é também uma vulnerabilidade política dos Estados Unidos.

Advinham-se profundas mudanças na relação dos EUA com a Rússia e, como consequência, com os países europeus. Os dois candidatos oferecem alternativas distintas, mas a lógica política das propostas de ambos aponta para uma Europa crescentemente marcada pelo conflito. ■

A República Democrática do Congo, a Soberania sobre os Recursos Naturais e os Limites do Princípio

Francisca Saraiva
Investigadora no IDN

Os problemas da RDC são há muito conhecidos nas Nações Unidas (NU).

Logo a seguir à conquista da independência, a unidade do Congo Belga foi posta em causa pelo movimento secessionista do Catanga, uma região rica em minérios e área de interesse do ex-colonizador belga. As NU enviaram a ONUC (1960-64) para o território, uma operação de paz que fez história pelo número de pessoas envolvidas (19.828), custos financeiros, enorme área geográfica e ainda porque tinha uma componente civil, o que à época era uma novidade. A sua sucessora, a MONUC, estabeleceu-se no território em 1999, com o intuito de monitorizar o acordo de cessar-fogo de Lusaka entre a RDC e cinco países limítrofes. O seu mandato é bastante semelhante ao da ONUC, envolvendo 18.428 pessoas uniformizadas. A extraordinária riqueza do Congo tem sido a sua principal fonte de insegurança. Só na segunda guerra do Congo (1998-2002) morreram 3,5 milhões pessoas, em resultado de tensões étnicas alimentadas por disputas em torno da extracção e comércio ilícito dos recursos minerais. Durante a guerra, numerosas milícias armadas e FA de países limítrofes lutaram pelo controlo das zonas dos diamantes, ouro, columbite-tantalite e cassiterite. Apesar dos esforços de reunificação do país e de desarmamento e reintegração dos grupos armados nas FA da RDC, a parte leste do país continua, presentemente, dominada por grupos armados patrocinados por países vizinhos. A militarização da mineração no leste é, no entanto, uma responsabilidade compartilhada por todos os actores desta guerra: governo, oposições e potências

exteriores violam o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos com uma crueldade que não encontramos noutras crises humanitárias.

Os abusos começaram no período da administração belga. Mobutu seguiu os passos do monarca belga e optou por dividir para reinar: concedeu aos líderes militares o direito de exploração de determinadas áreas de mineração. Laurent Kabila, o seu sucessor, não fez muito diferente. O que mudou ao longo do tempo foram os alinhamentos políticos. Kabila chegou ao poder pelas mãos do Ruanda e Uganda. Pouco depois, estes países invadem o leste do país para neutralizar as milícias que, instaladas nesta zona fronteiriça, atacavam os seus territórios. Angola, Namíbia, Zimbabué e Chade apoiam o governo da RDC (e recebem compensações pelo envolvimento militar através de concessões de diamantes, por exemplo) contra os invasores, Ruanda, Uganda e Burundi. Nos Kivus sempre coexistiram hutus e tutsis. Mas foi a fuga de 1 milhão de hutus ruandeses para o Congo, depois do genocídio de 1994, que veio perturbar as relações entre estas comunidades do leste do país. No Kivu do Norte, as minas são controladas por milícias pró-Ruanda que se dedicam ao contrabando dos minerais através do Ruanda, país que exporta parte significativa dos minerais da RDC para a Bélgica, EUA, Canadá, Israel e África do Sul, abastecendo os mercados ocidentais e a China sem pagamento de impostos e sem gerar qualquer riqueza local. De facto, as empresas de extracção suíças, belgas e americanas que se instalam no Congo tiveram que selar

alianças com estes grupos rebeldes para tornar o seu negócio viável.

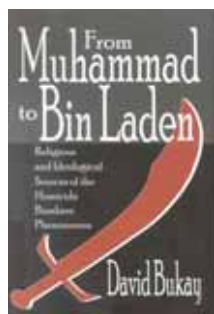
O que mais impressiona neste conflito é a fluidez das relações de força. O Uganda e o Ruanda desentenderam-se ainda durante a guerra, chegando mesmo a confrontar-se directamente. As facções armadas aliam-se em função de interesses vagamente comuns: o MLC/FLC de Jean-Pierre Bemba (pró-Uganda), por exemplo, ocupa a zona dos diamantes e terá, alegadamente, colaborado com os Mai-Mai, milícia nacionalista que pretende expulsar os ruandeses do país e que é acusada de comer pigmeus, em práticas canibais. Como se sabe, Bemba foi recentemente capturado na Bélgica a pedido do TPI, acusado de crimes de guerra. O Kivu do Sul, teoricamente já sob controlo do governo, não escapa à corrupção generalizada: os militares das FARDC, mal e irregularmente pagos, cobram impostos ilegais sobre os minerais. Nestas zonas dominadas pelo governo central o exército e os grupos armados são parceiros de negócio: todos ganham com a extracção dos minérios, dividindo os lucros.

A MONUC acompanhou o fim da guerra, a formação do governo de transição e a convocação de eleições. Neste momento, as Nações Unidas desejam que Kinshasa assuma as suas responsabilidades no leste do país. Seria mais fácil se o conflito não tivesse dimensão internacional: envolve as elites do governo, os grupos de oposição, os países exportadores das riquezas e as empresas transnacionais envolvidas na mineração. Joseph Kabila declarou recentemente que pretende rever os cerca de 60 contratos de mineração estabelecidos durante as guerras (1998-2002) e no período de transição (2003-2006). Esta notícia provocou imediatamente uma queda dos preços das acções nas bolsas de Londres, Tóquio e Nova Iorque. O Painel das NU sobre a Exploração Ilegal dos Recursos Naturais da RDC nomeou, num relatório de 2001, 29

empresas e 54 indivíduos envolvidos na delapidação dos recursos do Congo; em 2007 recomendou sanções contra estas actividades económicas ilegais, mas o Secretário-Geral das NU defendeu, num relatório posterior, que as sanções teriam um impacto marginal na economia informal, que constitui o grosso da actividade económica.

Os aspectos económicos desta guerra são muito complexos. O Tribunal Internacional de Justiça, no Caso *Actividades Armadas no Território do Congo (RDC v. Uganda)*, considerou que, na segunda guerra do Congo, o Uganda não evitou que as suas FA saqueassem, pilhassem e explorassem ilegalmente os recursos naturais da RDC mas não considerou que o Uganda tivesse violado o princípio da soberania permanente da RDC sobre os recursos naturais (res.1803 (XVII) de AG, de 14 de Dezembro de 1962), provavelmente por entender que o governo de Kabila não merecia que se reconhecesse tal direito. As ineficazes e corruptas empresas de extracção estatais e a política desastrosa de concessões do governo congolês colocam à comunidade internacional um dilema: a incapacidade dos governos exercerem a sua soberania sob os territórios resolve-se responsabilizando-os pela administração dos territórios e bem-estar das suas populações ou será preferível tolerar as incursões armadas dos países limítrofes prejudicados por grupos de opinião que desestabilizam os seus territórios a partir destas zonas vazias de poder? Quais os interesses que verdadeiramente devem ser protegidos?

A MONUC é a maior e mais cara operação de paz de sempre das NU. No entanto, segundo o *International Crisis Group* continuam a morrer na RDC, por dia, mais de 1.000 pessoas por causas relacionadas com o conflito (fome, doença e violência), sem que o mundo tenha consciência desta realidade. ■



From Muhammad to Bin Laden. Religious and Ideological Sources of the Homicide Bombers Phenomenon
David Bukay
New Jersey : Transaction Publishers, 2008

COTA: 11584



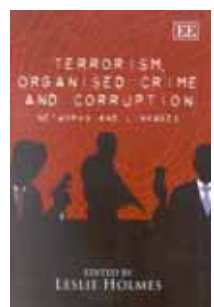
Private Military and Security Companies. Ethics, Policies and Civil-military Relations
Ed. Andrew Alexandra, Deane-Peter Baker, Marina Caparini
London : Routledge, 2008

COTA: 11683



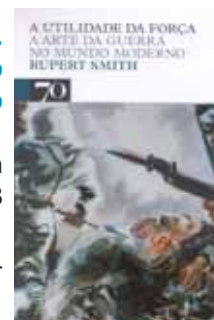
Controlling Arms and Terror in the Asia Pacific. After Bali and Baghdad
Ed. Marika Vicziany
Cheltenham : Edward Elgar Publishing, 2007

COTA: 11679



Terrorism, Organised Crime and Corruption. Networks and Linkages
Ed. Leslie Holmes
Cheltenham : Edward Elgar Publishing, 2007

COTA: 11676



A Utilidade da Força. A Arte da Guerra no Mundo Moderno
Rupert Smith
Lisboa : Edições 70, 2008

COTA: 11684

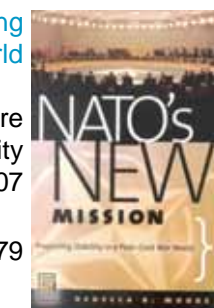


Defense et Sécurité Nationale. Livre Blanc. Les Débats
Ed. Odile Jacob
Paris : La Documentation Française, 2008

COTA: 11687

NATO's New Mission. Projecting Stability in a Post-cold War World
Rebecca R. Moore
Connecticut : Praeger Security International, 2007

COTA: 11679



Asia-Pacific Geopolitics. Hegemony vs Human Security
Ed. Joseph A. Camilleri [et all]
Cheltenham : Edward Elgar Publishing, 2007

COTA: 11678

